



José Isaac Pilati

***Chapecó e Joaçaba:
Memórias do Centenário***



**editora
unoesc**

© 2019 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob
quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão
expressa da editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 –
Joaçaba – SC, Brasil
Fone: (49) 3551-2000 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Caren Scalabrin
Revisão linguística e metodológica: Donovan Filipe Massarolo,
Giovana Patrícia Bizinela, Gilvana Toniélo
Revisão eletrônica: Donovan Filipe Massarolo
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P637c Pilati, José Isaac.
Chapecó e Joaçaba: memórias do centenário / José Isaac
Pilati. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2019.
64 p., il. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-8422-226-1
Inclui bibliografia

1. Pilati, José Isaac - Discursos, ensaios, conferências. 2.
Joaçaba - História. 3. Chapecó – História. I. Título.

CDD 981.64

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó
Ricardo Antonio De Marco
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Ildo Fabris
Campus de Xanxerê
Genesio Téó

Pró-reitora de Graduação
Lindamir Secchi Gadler

**Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
graduação e Extensão**
Fábio Lazzarotti

Diretora Executiva da Reitoria
Cleunice Fátima Frozza

Sumário

Prefácio..... 5

Discurso proferido pelo Professor Dr. José Isaac Pilati como Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na Solenidade de Comemoração ao Centenário De Joaçaba, em 16 de agosto de 2017, na Câmara de Vereadores 9

Discurso proferido pelo Consócio Professor Doutor José Isaac Pilati como Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na Sessão Solene de Comemoração ao Centenário de Fundação do Município de Chapecó, realizada em 17 de agosto de 2017, no Auditório da Prefeitura Municipal 29

Referências 58

Prefácio

Voltar ao Oeste de Santa Catarina como Orador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, para comemorar o Centenário de Joaçaba e de Chapecó, em 2017, foi daquelas emoções que não se repetem na vida: sentimento de quem ressuscita e volta para o julgamento dos vivos e dos mortos. Conheci muitos dos protagonistas da história do Primeiro Século do Oeste, como Atílio Fontana, por exemplo, Ernesto e Serafim Bertaso, Olímpio Dal Magro, José Leal Filho. Conheci a floresta e os animais que já não existem, vi as mudanças de migrantes a chegar a Maravilha, o rio Uruguai coberto de balsas, a pujança das roças de milho de Cunha Porã, o crescimento das primeiras árvores urbanas nas diversas vilas que surgiam, os primeiros asfaltamentos.

Vi construírem o primeiro moinho; as primeiras casas de comércio; vi o primeiro incêndio; estudei na primeira escola e tive o privilégio de ouvir a sinfonia colossal do vento nas araucárias intocadas. Nas manhãs o canto dos pássaros que as crianças de hoje jamais ouvirão. Por isso, discursar na solenidade de comemoração do Centenário, como voz do IHGSC, numa e noutra cidade, foi como adentrar o mais suntuoso dos silêncios que já tive na vida.

Em Joaçaba estavam presentes o Prefeito Dioclésio Ragnini; o Presidente da Comissão do Centenário Antônio Carlos Pereira; o Magnífico Reitor da Unoesc Professor Aristides Cimadon e sua esposa; vereadores; autoridades; e um morador chamado Raul Anastácio Pereira, que tinha a idade da festa: um centenário.

Em Chapecó o auditório estava completamente tomado, e espiritualmente doía fundo. Luciano Buligon, Prefeito Municipal; Valmor Scolari Presidente da Câmara de Vereadores; Flávio Luiz Pansera, Presidente do Instituto Histórico do Oeste então fundado; a historiadora Eli Bellani; Francisco Gialdi; o amigo Marcondes Marchetti, Presidente do Conselho Estadual de Cultura; autoridades do Município, do Estado e do Brasil; amigos de infância e familiares.

Dos cem anos dessa história eu vivera e testemunhara sessenta e nove, e dos mais diversos lugares e afazeres; meu depoimento a respeito da construção do Oeste de Santa Catarina e da sua identidade como povo, bem por isso, é de pertencimento e é ocular, muito além daquilo que pude pesquisar e verificar pelos livros. Da floresta à vila e à cidade foi pouco tempo, mas o suficiente para compor a alma e o imaginário social de mais de uma geração e para o Segundo Século.

O traço maior desse pioneirismo foi solidariedade. E muito importante a religiosidade. Daí o senso comunitário oestino que temos todos, a iniciativa e a facilidade de adesão, sempre latentes. As diferenças de riqueza não eram grandes naquela época e os relacionamentos desenvolveram-se na proximidade, na convivência. E assim, quando o mundo de hoje caminha para a impessoalidade, para o acirramento do individualismo, o povo oestino tem o seu calor humano, carrega o senso de responsabilidade social espontâneo e ostenta uma grande capacidade de sacrifício. É uma gente afeita à vida dura e é nela que encontra amêndoas de doçura, consolo e amizade.

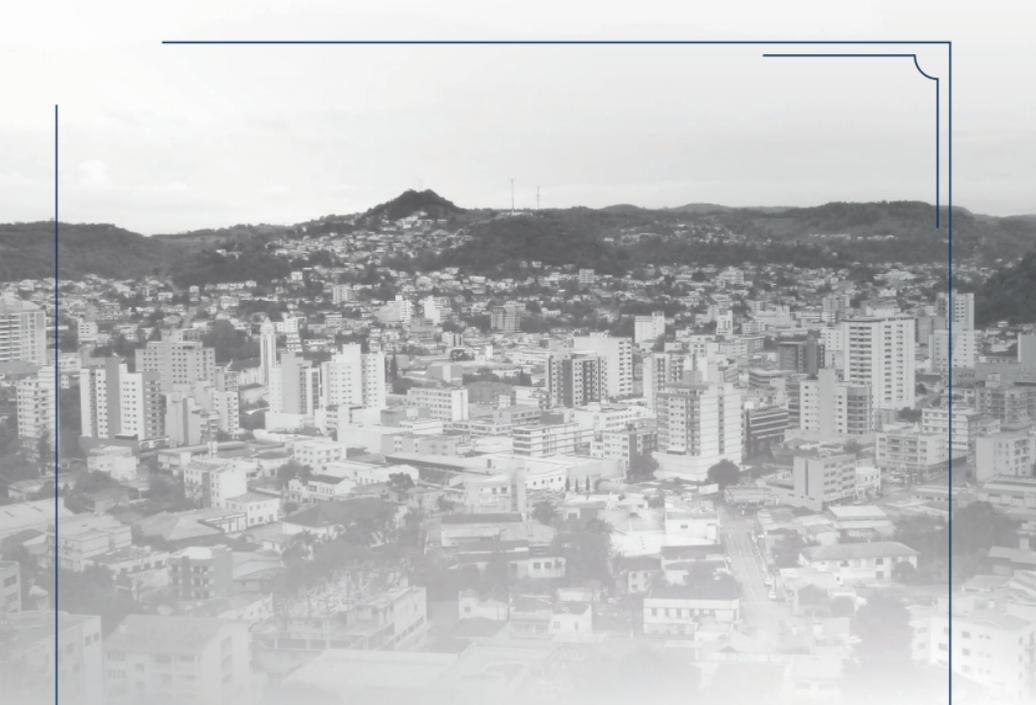
A vida balseira, por exemplo, foi um universo de compartilhamento de tudo, desde as informações dos ribeirinhos, que se interessavam pelas embarcações como se fossem de certa forma deles próprios. O primeiro que via socorria no perigo. Os objetos e bens eram partilhados com a maior facilidade e de bom coração. Esse espírito ficou nas pessoas em geral, e aparece nas atividades comunitárias de hoje em dia, no esporte, na educação, em tudo.

É uma coisa muito importante: as gerações futuras podem nos cobrar uma consciência ambiental que a época não clamava. A única coisa que posso dizer, e

sei que falo por todos, é que cada geração tem os seus compromissos, e o cuidado ambiental impõe-se muito mais a quem estiver reclamando. A nossa época teve a voracidade dos incêndios e nós fizemos o possível, e salvamos o essencial. Agora, os problemas são outros e na comparação, enfim, rotina.

Agradeço a todos, e não posso deixar de destacar a Diretoria do IHGSC, na pessoa de seu Presidente Augusto Cesar Zeferino; ao amigo ilustre Diomário de Queiroz pelo que disse na capa; e a Unoesc, campus de Joaçaba, na pessoa extraordinária do seu Reitor, Professor Doutor Aristides Cimadon, a quem devemos a iniciativa deste livro de memórias.

José Isaac Pilati

An aerial photograph of a densely populated city, likely Florianópolis, Brazil, showing numerous high-rise apartment buildings and a prominent hill in the background. The image is faded and serves as a background for the text.

*Discurso proferido pelo
Professor Dr. José Isaac
Pilati como Orador Oficial
do Instituto Histórico
e Geográfico de Santa
Catarina na Solenidade
de Comemoração ao
Centenário De Joaçaba,
em 16 de agosto de
2017, na Câmara de
Vereadores*

Excelentíssimo senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Professor Doutor Augusto César Zeferino; Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal de Joaçaba no Centenário, Dioclesio Ragnini; Excelentíssimo Vereador Presidente da Câmara Municipal, Francisco Moreira Lopes; Magnífico Reitor da Unoesc, Professor Doutor Aristides Cimadon; Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Spesatto, Conselheiro Estadual de Cultura, representando seu Presidente Marcondes Marchetti; Excelentíssimo senhor Presidente da Comissão do Centenário, Antônio Carlos Pereira; Excelentíssimo Senhor Raul Anastácio Pereira, joaçabense de 100 anos de idade, aqui presente; Excelentíssimas senhoras Vera Cimadon e Ivone Dirksen, em cujo nome saúdo as de Joaçaba e todas as que participaram da construção do Meio-oeste; Excelentíssimos confrades do Instituto que prestigiam esta Sessão Solene: Valberto Dirksen, Roberto de Menezes, Edson D'Ávila e Professor Hidalgo; demais autoridades; senhoras e senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foi fundado em 7 de setembro de 1896, por iniciativa de José Arthur Boiteux, que na época e como era do seu feitio, liderou autoridades e comunidade catarinenses no audacioso empreendimento. Amealhou pessoas

dos meios: político, cultural e econômico, incluindo professores, comerciantes, industriais e profissionais liberais, a formar o seletivo grupo de 30 fundadores dispostos à abnegação virtuosa a que refere Cícero em *A república*, de trocar o ócio privado e legítimo pelas tempestades públicas.

O Instituto é voltado à guarda e registro, pesquisa e interpretação, divulgação de fatos e textos pertinentes à história, à geografia, assim como à etnografia, à arqueologia, à genealogia e a demais ciências afins no que se relacionam ao Estado de Santa Catarina e aos catarinenses. Articula-se com as instituições congêneres do Brasil e do mundo; mantém revista anual e boletim mensal; promove cursos e eventos públicos, além de editar anais, textos inéditos, ensaios, biografias, com destaque para duas coleções de livros, pelas quais publicou, por exemplo, a peça da defesa de Santa Catarina, apresentada por Manoel da Silva Mafra perante o Supremo Tribunal Federal, na questão de limites com o Estado do Paraná; também, a *História dos jornais de Santa Catarina (1831-1948)*, de José e de Lucas Boiteux com José Lupércio Lopes, obra esta que faz referência ao pioneiro *Jornal Cruzeiro*, de Joaçaba (1923-1934).

Com seu quadro de mais de 200 membros entre Efetivos, Eméritos, Beneméritos

e Correspondentes, o Instituto, hoje com 120 anos de existência, tem prestigiado as grandes efemérides da nossa história catarinense, e assim não podia deixar de estar aqui nessa festa do Centenário de Joaçaba, o velho Município de Cruzeiro, que projeta o seu futuro no segundo século. Sobremaneira honrado com a designação do nosso dinâmico e abnegado Presidente Doutor Augusto César Zeferino e da Diretoria para falar em nome do Instituto, em um momento tão importante para um povo tão insigne e uma história tão bela, resta-me invocar as palavras de Miguel Russowsky, o grande poeta dessas plagas e dizer que agora:

“Estou de bem com toda a humanidade.
Minha amada virá... (telefonou-me)
e ela não quer que lhe revele o nome,
que tem dez letras... (é ?... -FELICIDADE!).”

Momentos como esse possuem a magia da eternidade; em uma festa de Centenário dialogamos com o passado e o futuro, com o sentimento de que o presente tem os olhos do Cruzeiro do Sul, olhos fixos, que não passam jamais e que orientam a eterna Joaçaba, bendita e secular Joaçaba, que eu saúdo em nome dos 120 anos de tradição e memória do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Confesso que tenho aqui um esboço escrito de sua história, desde o DNA indígena que o seu nome (Joaçaba) revela; da sua infância paranaense que os traços não escondem; da sua valentia cabocla, fruto da dignidade crioula das lonjuras; enfim, a têmpera dos seus imigrantes curtida em sonho, saudade, família, amizade e realização coletiva. Mas, eu pulo os detalhes, e dirijo-me antes e acima de tudo a Joaçaba do Segundo Século, que está a começar, no rumo do ano 2117; a Joaçaba que vejo inteira daqui, no seu espaço e através dos tempos.

Disse Aristóteles que a polis deveria ter, idealmente, o tamanho que se aviste de uma vez só, do alto de uma colina. Joaçaba é assim. E os romanos ensinaram que é na urbe, na esfera local que se pratica a democracia como participação de todos: na dimensão de *Populus*, ou seja, de um povo com as suas autoridades, dignas autoridades e soberano povo, dono do seu destino dentro do espaço pactuado com os deuses, como ensinaram os etruscos. Eram assim as cidades antigas, e Joaçaba é assim e assim será no próximo século, com certeza.

Mais, ainda, Joaçaba possui historicamente outro compromisso, não menos importante, como capital política do Meio-oeste desde o seu nascimento, em 25 de agosto de 1917. Do seu território e dos seus desígnios políticos nasceram vilas, distritos e

novos municípios da microrregião e arredores, pelo que a história regional do Meio-oeste não prescinde de sua liderança e está a exigir a criação urgente do Instituto Histórico e Geográfico do Meio-oeste de Santa Catarina. E assim se comemorará condignamente o Segundo Centenário daquela que foi Cruzeiro, Limeira, Rio do Peixe, Catanduvas e Cruzeiro do Sul.

Porque foi, ademais, nesse espaço microrregional, que ocorreu o episódio mais sangrento da história do Brasil, na insurreição cabocla; nesse momento sinto que tenho fixados, em mim, milhares daqueles olhos negros, de caboclos valorosos hoje encantados, que passaram invisíveis pelo mundo social brasileiro e que morreram pelos seus direitos, e também sinto que me fitam todos os outros, que pereceram no episódio. A Guerra do Contestado é hoje vista com outros olhos, como nítida tomografia da realidade brasileira na periferia do mundo: o segundo século está desafiado a interpretar essa Esfinge da nossa própria alma nacional, que é o Contestado, para vivermos, enfim, sob a égide da inclusão, do respeito e da autodeterminação no Brasil.

Mulheres, indígenas, negros, caboclos e os pobres em geral constituem a dimensão de grandeza que nos falta para sermos do nosso verdadeiro tamanho de brasileiros; para

podermos alcançar os frutos da nossa produção social e humana lá nos altos da nossa própria dignidade, com igualdade de gênero, respeito ao coletivo e dignidade nos cargos e funções.

O trajeto histórico que percorreu esta Cidade em 100 anos representa por si o que podemos esperar do futuro no segundo século, sempre como uma lição para o Brasil.

Em 1910, a localidade embrionária de Joaçaba, conhecida como Rio do Peixe, era considerada como pertencente a Palmas, e nessa condição recebeu daquele governo uma Agência Fiscal das Rendas do comércio de erva-mate: figurava o povoado, portanto e desse modo, no bojo do conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina. Em 1912, o Governo paranaense criou também uma escola na barra do Rio do Peixe, Município de Palmas. E naquele mesmo ano se travava a primeira batalha da Guerra do Contestado, em Irani. A Guerra terminaria em agosto de 1916, ano em que foi tirada a primeira fotografia do local onde surgiria a cidade décadas mais tarde sob as colinas: um aglomerado de casas, poucas casas, uma floresta e muitos sonhos.

Terminada a Guerra, como é consabido, pelo acordo firmado pelas partes em 20 de outubro de 1916, no Rio de Janeiro e na presença do Presidente Wenceslau Braz, o território do Contestado foi dividido em dois:

tocou 20.300 km² para o Paraná e 28.000 km² para Santa Catarina. Em face disso, o Governador paranaense baixou o Decreto n. 585/1917, suprimindo diversos distritos que perdera, entre eles, Rio do Peixe, hoje Joaçaba e Passo Bormann, este que seria a sede da velha Chapecó.

Em seguida, pela Lei catarinense n. 1.147, de 25 de agosto de 1917, o território que tocou ao nosso Estado foi politicamente dividido em quatro novos Municípios e comarcas: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. O território de Cruzeiro abrangia, então, 7.680 km e os povoados da época nessa área extensa eram: Catanduva, Campo (Herciliópolis), Alto Veado (Peritiba), Limeira (que seria a sede do novel Município) e Sertãozinho (Irani). Começavam também os povoados de: Rio das Pedras (Videira), Passo da Limeira (Luzerna), Rio Capinzal (Ouro), Ipira e Bela Vista (Esteves Júnior). Na margem direita do Rio do Peixe somente algumas casas e ranchos, enquanto que na outra ficava a Estação Erval, cujo território pertencia a Campos Novos.

A solução do conflito e a estrada de ferro apressaram a ocupação da região e atraíram o interesse das colonizadoras. O Sindicato Fahrquar, a Brazil Railway Company e a Brazil Development And Colonization

Company deram ensejo à comercialização das terras da concessão nas margens da ferrovia, e a investidores como Henrique Hacker, fundador de Bom Retiro (Luzerna). Henrique era Engenheiro de São Paulo e delineou um plano de colonização; e com Abramo Eberle, Rudolfo Ahrons, Augusto Scherer, Adelino Sasse, Hugo Gerdau, todos do Rio Grande do Sul, constituiu, logo em 1916, a Sociedade Territorial Sul-Brasileira H. Hacker e Cia.

Aquela empresa daria origem em 1923, com a presença de Leonel João Mosele, à Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia., que iniciou os trabalhos de formar o que seriam os municípios de Capinzal, Piratuba e Concórdia, atraindo famílias de agricultores italianos e alemães do Rio Grande do Sul como as de João Ristau, Francisco Luckt, Leonardo Scheid e Guilherme Lungisland.

Viriam para a região também Luiz Traiano, por exemplo, chegado com os seus em 1919; a família de Diva Lambert Scheufele, em 1924; e diretamente da Alemanha, desembarcando no Rio de Janeiro, a do luterano Augusto Schröder, chegado em 1923, na companhia de mais 500 famílias as quais optaram pela oferta da Mosele, Eberle, Ahrons; choviam imigrantes gaúchos e também europeus, como o caso de Germano Ristau e Paulo Callfass, este que, insatisfeito com

as diretrizes da República de Weimar e sua Constituição de 1919, na Europa, aceitou a oferta da Empresa Luce, Rosa & Cia.

Em 1924, o Coronel Manoel Nascimento dos Passos Maia foi nomeado Delegado Regional com sede em Cruzeiro e circunscrição em todo o Oeste; vindo do Rio Grande do Sul, gozava de grande confiança dos agricultores de Guaporé, Caxias do Sul e Antônio Prado, o que muito contribuiu na intensificação do fluxo migratório. Passos Maia também conseguiu, com o Governo de Washington Luiz, a construção de uma ponte sobre o Rio do Peixe, ligando Joaçaba a Erval, encerrando, assim, a precariedade das balsas, graças ao audacioso projeto do Engenheiro Emílio Baumgarten.

Em 1934, o ex-Ministro da Agricultura da Áustria, Andreas Thaler, chega a Joaçaba com uma leva de imigrantes do Tirol e funda Treze Tílias, no Distrito de Ibicaré, destacando-se entre os novos moradores os irmãos Francisco e Rudolf Lindner.

Outras companhias atuavam na região como a Ângelo de Carli, Irmão e Cia., nas áreas que atualmente formam os Municípios de Vargeão e Ponte Serrada. Também, a Colonizadora Cruzeiro Ltda., cujo gerente era Luiz Antoniutti.

A sede do Município flutuou entre várias localidades, até que por força de legislação de 1938, firmou-se na sede, em Cruzeiro, que passou a se chamar Joaçaba pelo DL 941, de 31 de dezembro de 1943. Mas a partir de 1934 começavam os desdobramentos de novos municípios: Caçador, Concórdia, Videira, Capinzal (1948), Herval do Oeste (1953), Água Doce, Ponte Serrada, Ibicaré (1963), Catanduvas, Jaborá e Irani.

O nome de Joaçaba, segundo narram, teria origem no tupi-guarani, com o sentido de *Cruza dos Índios*. Cruza, segundo o Dicionário Aurélio, tanto pode ser cruzamento (em forma reduzida), quanto também, conforme vocabulário mais do Sul, *o segundo amanhã*, que se faz em sentido transversal ao primeiro, no cultivo de uma terra. De sorte que a origem do nome pode ter sido: na acepção de *cruzamento* utilizado pelos índios, ou de *terra de plantação*, à base de cruza, por indígenas. Já o nome de Chapecó tem sido interpretado como lugar de onde se vê o caminho da roça; mas o lugarejo, onde prosperou a Cidade, era chamado de Passo dos Índios.

E assim foi se formando o rico mosaico do Meio-oeste. Por um lado, o critério de etnia e de confissões: “No vale do Rio do Peixe existem colônias homogêneas de alemães em Luzerna, Ipira e Piratuba, ao lado de núcleos

predominantemente de italianos como Videira e Joaçaba.” (NODARI, 2009, p. 46).

E de outro, formavam-se as indústrias à custa da madeira e outros produtos, e na região as compras eram feitas em Joaçaba, que tinha filial da Hoepke, de Florianópolis. Ali, em Joaçaba, informou antigo morador de Fachinal do Guedes (Antônio Migliorini), estavam os atacadistas, com destaque para os italianos Bonatto, Sganzerla, Romano Massignan e Pedrini. Atílio Fontana, em Joaçaba e depois em Concórdia, e Fioravante Massolini, por outro lado, “eram donos de quase tudo, entre Joaçaba e Fachinal dos Guedes.”¹

Em 1967, por ocasião do Cinquentenário de Joaçaba, sendo Prefeito Udilo Antônio Coppi, tal Município editou um *Álbum Comemorativo do Cinquentenário do Município*. Um registro precioso, com depoimentos dos próprios protagonistas, como, por exemplo, do primeiro Prefeito de Cruzeiro, Lauro Severiano Rupp, reporto-me a essa obra nesse discurso, e dela destaco alguns elementos para encerrar.

Edumundo Accacio Moreira (1967, p. 227-229)² testemunhou e registrou no

¹ Entrevista concedida a José Isaac Pilati, por Antônio Domingos Migliorini, Faxinal dos Guedes, em 24 de fevereiro de 2000.

² O articulista Edumundo Accacio Moreira é Patrono da Cadeira 16 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

referido Álbum a ocasião em que o Coronel Manoel Nascimento dos Passos Maia, na qualidade de Prefeito de Joaçaba, procurou seu pai (de Edmundo Accacio) para solicitar uma audiência com o Governador Hercílio Luz. O grande escritor da Academia Catarinense de Letras, Accacio Moreira ficou impressionado com a pessoa de Passos Maia e descreveu sua figura líder da região nessa linha: “com a determinação majestosa, a clareza do pensamento, a voz e o magnetismo pessoal, tudo a reivindicar a abertura de uma estrada para a colonização do Oeste; não por um favor, mas pelo mérito de uma necessidade.” No mesmo texto, Accacio Moreira, Patrono da Cadeira 16 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas, apresentou, no mesmo texto, uma lista de nomes importantes da Cidade de Joaçaba e região na época, não sem avisar que “qualquer omissão não importava despreço.”

Eis os nomes: em Caçador: Carlos Speranza; em Videira: Formighieri e Leoni; em Capinzal e Ouro: Thomazzoni, Bareta, Barizon, Spadini, Brancher e Bresola; em Piratuba: Assmann e Freitag; em Joaçaba: José Zócoli, os Perez, Giorno, Breda, Pedrotti, Cantergeani, Pedrini, Luiz e Vitoldo Kowerski, Alberto Dalcanalle, Tranquilo De Carli, Eurico e Victor Rauen, Floriano Ferraz, Afonso Schwartz, os Andreatta, Guilherme Zamoner,

os Paludo, Domingos e Oreste Bonato, Leonel e João Mosele, Hermano Zanoni, Custódio de Campos, Jorge Leckler, os Coronéis Pimpão, Marcondes e Pedro Neto, Joaquim Ennes Torres, Honorino Fontana, irmãos e sobrinhos, Ernesto Müller, Ernesto Peter, Henrique Kubicke, Jacob Krutina, os Meyer, o Pastor Kuhn, Mário Pereira Gomes, Artur Pereira, Waldomiro Silva, Walter Schuchnig, Luciano Passos, Dr. José de Patta, Clemente Trizzotto, Frei Pio, os Brusa, Girardi, Dal Passo, os Potric, Dall'Oglio, Ivo D'Aquino, Cel. Lindoca. Mais tarde, Mário Coelho, Abílio Machado, Cesar Bertin, os Poletto, Semenov, Gaspar Coutinho, Brasília Celestino de Oliveira, Andreas Thaler, Francisco Lindner, Eugênio Funck, Arnaldo Seeberger, Macarini, Tobaldo Picanço, Guilherme Zigelli (Walter Ziguelli), Antonio Lúcio, Conrado Aufinger, Nicolau Link, Albino Sganzerla, Atílio Pagnoncelli, Antônio Nunes Varela, Oscar Da Nova, Dr. Bezerra, os Steiner, Romano Massingnan, os Carlesso, Dr. José Muniz de Queiroz (Engenheiro da R.V.P.S.C.), Deodoro Silva, Mário de Déa, os Bordin, Francisco Santini, Dr. Norino, o velho Quintilhan, Geminiano Tosi, Genésio Paz, Ernesto Nezero, Osni Duarte Pereira e Alexandre Muniz de Queiroz.

Certamente não pode faltar Atílio Fontana, que depois se mudou para Concórdia, fundador da SADIA (frigoríficos, moinhos de

trigo, fábrica de ração, rede de transportes aéreos) e Senador da República, assim como Oreste Bonato e sua Casa Bonato, e Romano Massignan, empresário e Deputado Federal. E arrematou Accacio Moreira: “Joaçaba tornou-se o centro socioeconômico da região.” Dizia-se na época que não era possível vencer eleições estaduais sem o concurso de Joaçaba e Chapecó. Ademais, “Joaçaba foi o primeiro município a introduzir o milho híbrido (José Fuganti Malesan) e o primeiro a aplicar a inseminação artificial, inclusive em ovinos e porcos.”

Por ocasião do Cinquentenário, o Álbum Comemorativo resolveu alguns pontos controvertidos da história local, sendo assentado que o primeiro morador teria sido Francisco Caiapiá, chegado entre 1880 e 1890, com residência no Coxilhão, Morro do Pedrotti. Depois teria chegado José Telheiro, estabelecido onde está a Igreja Matriz e o Grupo Escolar Roberto Trompowski.

Em outras localidades, o Álbum registra como primeiro(s) morador(es). De Caçador: Francisco Corrêa de Melo, em 1881; de Ibicaré: Estanislau Lesnieski; de Ipira: João Borges Ferreira e Manoel Laurindo Ribeiro (1890); de Itá: Theodoro Scheuble, Valentim Bernardi e Ângelo Paludo, trazidos pela Empresa Luce, Rosa e Cia. Ltda. (1919); de

Peritiba: Pedro Müller, Pedro José Engler e Reinoldo Finger (1908); de Ponte Serrada: Alberto Dalcanale (1913), sendo que em 1924 restava solitário José Ribeiro; de Seara: Antônio Zanuzzo, Augusto Bizani, Fernando Kischer, José Benetti e Santo Paludo (1927); de Tangará: é mencionado José Antônio Leitão; de Treze Tílias: Andreas Thaler (1933); de Videira: Fernando Panassioni, Teller de Isle, Ricardo Brandalise, José Formighieri, João Cipriano e João Miguel; de Capinzal: João Váchi, José Blasi, Antônio Freitas, Carmine Zóccoli, Paulo Lenzi, Bernardino Macedo, Manoel Bittencourt e outros (1908), na sua maioria, trabalhadores da estrada-de-ferro São Paulo-Rio Grande.

Senhor Presidente, muito mais eu diria, mas nunca diria tudo. Sou-lhe grato pela honra e o prazer que me concedeu ao me ofertar essa tribuna. Senhor Prefeito, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores, em 1967, no Cinquentenário, Joaçaba não possuía Curso Superior, como agora não possui um Instituto Histórico e Geográfico do Meio-oeste de Santa Catarina. Mas, nesse momento aqui está a Unoesc, com sua competente Editora dirigida por Débora Diersmann Silva Pereira e seu Magnífico Reitor Aristides Cimadon, em cujo nome eu saúdo o futuro de Joaçaba e do Meio-oeste no segundo século. É o meu testemunho.

O estudo do Contestado – como vem sendo feito – com outros olhos; e o resgate da valorosa identidade oestina de dois séculos de honestidade, correção, calor humano e amor ao trabalho, é o que se precisa para um Brasil melhor, de progresso, paz e dignidade humana. Exatamente como disse Cruz e Sousa:

*O ser que é ser jamais vacila,
Nas guerras imortais entra sem susto.
Leva consigo esse brasão augusto
Do grande amor, da nobre fé tranquila.
Os abismos carnis da triste argila
Ele os vence sem ânsia e sem custo,
Fica sereno num sorriso justo,
Enquanto tudo em derredor oscila!*

Tenho dito.
Muito obrigado!

Chapecó e Joaçaba: Memórias do Centenário



José Isaac Pilati



*Discurso proferido pelo
Consócio Professor
Doutor José Isaac Pilati
como Orador Oficial
do Instituto Histórico
e Geográfico de Santa
Catarina, na Sessão
Solene de Comemoração
ao Centenário de
Fundação do Município
de Chapecó, realizada em
17 de agosto de 2017, no
Auditório da Prefeitura
Municipal*



Excelentíssimo Professor Doutor Augusto Cesar Zeferino, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em missão oficial de comemoração do Centenário de Chapecó; Excelentíssimo senhor Luciano Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó no ano do seu Centenário; Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, Valmor Scolari; Ilustríssimo escritor consócio, Flávio Luiz Pansera, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Oeste Catarinense, empossado nessa solenidade, em cujo nome eu saúdo todos os fundadores dessa Instituição do Segundo Século do Extremo-oeste de Santa Catarina, como também o cumprimento pela obra que lança nesta noite: *Centenário de Chapecó: 1917-2017*, obra na qual merece destaque a participação da escritora Eliane Hüning Corona; em seus nomes saúdo todos aqueles que contribuíram com seus escritos para a preservação da memória do Oeste de Santa Catarina em seu primeiro século; Excelentíssimas senhoras Secretárias Municipais, Roselaine Vignas, da Cultura, e Sandra Galera, da Educação, em cujos nomes saúdo a mulher chapecoense desses cem anos e enfaticamente a participação da mulher na história do Oeste; Excelentíssimo escritor, Celso Oliveira Souza, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico das Terras dos Condes

Encostas da Serra Geral, com sede em Orleans, que aqui representa todos os congêneres do Estado e empresta especial prestígio à instalação do novel Instituto Histórico e Geográfico Oeste Catarinense; prezado Jornalista Jairo Miguel, do Novoeste de Maravilha, em cujo nome saúdo todos os órgãos de imprensa do Oeste de Santa Catarina; diletas senhoras, Dolores Sperry e Elisa Vanni, tia e prima que são aqui a presença dos meus familiares; senhoras e senhores, muito boa noite.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foi fundado num sete de setembro de 1896 em Florianópolis, como instituição de caráter científico e cultural; idealizado por José Arthur Boiteux e com apoio do Governo e da Sociedade Catarinenses. Criado não só para assentar-se “no areópago das instituições do jaez”, capitaneadas pela congênera nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838; mas também, e principalmente, para pensar a nossa condição de povo e nação; preservar a memória e cultuar a nossa identidade; fomentar a pesquisa em história e geografia e exaltar as grandes efemérides, como é o caso desse Centenário de criação do Município de Chapecó. O velho Passo dos Índios, “lugar de onde se avista o caminho da roça”, e que desde 25 de agosto de 1917 é a capital, histórica e

telúrica, do majestoso Extremo-oeste de Santa Catarina.

O objetivo imediato de José Arthur Boiteux ao criar o Instituto era confiar à novel Instituição, justamente, a pesquisa histórica indispensável à defesa do Estado na questão de limites com o vizinho Estado do Paraná. E, assim, uma Comissão de notáveis, formada no bojo do Instituto, viajou até Portugal e trouxe de lá a prova que garantiria a vitória catarinense perante o Supremo Tribunal Federal (1904) e, como consequência direta e imediata disso, o acordo que levaria à criação do Município e Comarca de Chapecó, pela referida lei 1.147, de 25 de agosto de 1917. Daí o orgulho do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), por seu Presidente Doutor Augusto César Zeferino e sua douta comitiva, de fazer-se presente nos festejos do Centenário de emancipação política de Chapecó e do Extremo-oeste de Santa Catarina e, bem assim, na instalação, nesta noite, do Instituto Histórico e Geográfico Oeste Catarinense, presidido por Flávio Luiz Pansera.

Esta noite é um momento mágico, de cem anos de sonho, trabalho, história e afirmação da identidade oestina. É uma noite, diria o grande poeta da Colômbia Rafael Pombo, daquelas noites da pátria minha que ser dia bem que merecia. Mas é noite; noite

de insônia cívica, de memória e fogo votivo, a congregar os vivos com aqueles que jamais nos morrerão; aqueles que nos contemplam como exército encantado de estrelas flamejantes, a piscar emocionados de todos os pontos da nossa identidade: da face, do coração, da terra e da imagem da urbe eterna que é Chapecó, esta Chapecó que é o lugar de onde se avistam o caminho e o futuro do majestoso Extremo-oeste de Santa Catarina.

Esta noite é daquelas noites em que o verso abandona o poeta para cantar além da vida, como expressou nosso Cruz e Sousa, negro genial, crucificado no próprio nome, entre os ladrões do preconceito e da pobreza; ele disse assim:

*Não te esqueças de mim, meu verso insano,
Meu verso solitário,
Minha terra, meu céu, meu vasto oceano,
Meu templo, meu sacrário...*

O poeta ansiava envolver-se no amor profundo que o seu próprio verso erigia, verso cósmico, universal e imorredouro, como Roma, a cidade eterna como Chapecó, a Chapecó capital perene do majestoso Extremo-oeste de Santa Catarina.

Senhoras e senhores, esta noite ímpar da nossa gente, é noite que passa e permanece

ao mesmo tempo, a exemplo do Rio Uruguai; noite que evoca o grande García Lorca, brilhante poeta espanhol que ao desfalecer de dor perante o silêncio de Deus, na crise existencial, deu um tempo e disse: “Está bem, fica com teu azul e o teu infinito, que eu pedirei emprestado o coração de um amigo, que fale por mim; um coração com árvores e arroios, e um rouxinol de ferro que resista ao martelo dos séculos.”

Neste momento, senhor Presidente, senhor Prefeito de Chapecó, o meu coração é a voz de todos aqueles que há um século e mais construíram a identidade e a grandeza do povo oestino. O coração de um homem simples, que muito honrado fala, pulsa e vibra por todos eles num círio que não se apaga.

Falo, por exemplo, pelo amigo Raul Bartolomei, dono do antigo terminal Rodoviário de Chapecó; recebia os viajantes, orientava, atendia a todos com a mesma seriedade gentil; vivia os problemas da Cidade, não se omitia, não ambicionava o alheio e amava a família; no fim, não suportou a dor de perder prematuramente um filho. O coração, por exemplo, do amigo Licério Sperry, farmacêutico dos antigos tempos; era praticamente um médico na atenção, no carinho e na competência amorosa pelo próximo; no fim, aquela fortaleza civil morreu de uma das doenças que tanto combatera. O coração, por

exemplo, de Nestor Grando, imigrante italiano, empresário, balseiro do Rio Uruguai, visionário como a família de Emílio Grando e todos os homens de têmpera de Chapecó; no fim, lá pelos fins da década de 1950, o coice de uma máquina traiçoeira encerrou a sua caminhada de empresário do Oeste.

E assim se construiu Chapecó e assim se povoou o Oeste de Santa Catarina, e este discurso, mal atado e emotivo, é uma balsa de lembranças, de registros e homenagens a descer o Rio Uruguai, o perene Uruguai, tão Licério, tão Bartolomei, tão Grando! Tão Selistre de Campos, tão Bodanese, tão De Nez, tão Pallaoro e tão Bertaso: Bertaso Maia! Nesta enchente do Centenário, meu coração leva as tábuas históricas da nossa grande casa do povo oestino, nossa memória e nossa identidade, levando-as nesse Rio bendito de não perdê-las; esse Rio eterno que nos ensina a passar como as águas e permanecer como os rios, que ficam para sempre.

A identidade e a etnicidade miscigenada do Oeste começam, historicamente, pelo DNA indígena, pulsam na colonização europeia agachada de Chapecó e espalham-se na ocupação do velho território, hoje repartido em dezenas e dezenas de municípios, distritos, bairros e vilas, conectados como a Chapecoense ao mundo inteiro. É esse o trajeto do meu

breve e rápido discurso insano, que corre o risco de perder alguns quartéis na perigosa corredeira do Mulato, no terrível Salto Grande do Yucumã, enfim, nas grandes ciladas da emoção e do erro humano. Para tanto invoco a balseira têmpera dos homens destemidos que construíram Chapecó e o majestoso Extremo-oeste de Santa Catarina: negros, indígenas, mulatos, caboclos, ribeirinhos do Goio-En, italianos, alemães, poloneses, teuto-russos e as mulheres. Bravas mulheres de muitas raças, de duplas e triplas jornadas, inesgotáveis fortalezas de esposas, mães e companheiras, a clamar, nesse Centenário, por respeito, dignidade, reconhecimento, igualdade de gênero e justiça.

Aos indígenas, devemos todos nós a grande riqueza dos primevos tempos de ocupação das matas, quando nada havia. Os guaranis costumavam recepcionar os forasteiros com uma bebida à base de folhas do mato, o *ka'ay*, servida em porongo com um canudo de taquara, o *tacuapi*. Os espanhóis levaram desde *el Guairá* a novidade para *Assunción*, no Paraguai, e de lá *el cimarrón* espalhou-se pelo Cone-Sul, e a erva-mate trouxe ocupação, comércio e dinheiro às primeiras vilas e aldeamentos do Sul do Brasil, de Chapecó e do nascente Oeste de Santa Catarina.

O chimarrão passou a congregar vizinhos, familiares e pessoas de todas as raças, e foi de cuia na mão que Ernesto Bertaso entabulava os negócios da colonização; Olympio Dal Magro assentava os colonos honestos e trabalhadores em São Miguel do Oeste; Carlos Culmey planejava São Carlos e desbravava Palmitos; José Leal Filho (o Juca Ruivo) construía Maravilha e além; a Empresa Colonizadora Industrial Saudades, de Serafim Enoss Bertaso, iniciava São Lourenço do Oeste; os Viganó esculpiam Campo Erê, e Zanella e Vivian traçavam as ruas de Iraceminha. Na vida dura dos primeiros tempos, tudo longe e difícil, tanta saudade, a erva-mate era a renda das famílias; e o chimarrão era o companheiro: amargava solidário na boca e adoçava os rumos do coração, como pranto de consolo em ombro de amigo. Nunca esquecerei minha mãe, nos ermos de Maravilha, a apertar a cuia nas mãos, como se abraçasse nela o Rio Grande num pedaço do longe trazido para a boca: que uma cuia de chimarrão é a imagem mais fiel da água espumada e das barrancas verdes do Rio Uruguai, da Serrinha, do Bormann e dos verdes campos de Nonoai.

Em termos econômicos, para termos ideia, os registros apontam que de 1853 a 1929, o comércio de erva-mate correspondia a 85% de toda a economia paranaense. Mas a

participação indígena teve outras contribuições dessa grandeza nessa região, como o papel dos kaingang, especialmente dos caciques Nonoay e Vitorino Condá. Era a época do Império e do comércio de gado muar através dos caminhos de tropas de Viamão a Sorocaba. O Governo Imperial entendeu necessário abrir um novo caminho, que de Passo Fundo cruzasse no Goio-En (Água Funda) e seguisse por Campo Erê e Palmas, no rumo de Guarapuava e daí a São Paulo. Quando o encarregado da missão, Francisco Ferreira da Rocha Loures, chegou aos campos da margem do Rio Uruguai, em meados do Século XIX, o porta-voz dos kaingang era um índio sábio e bondoso, com 120 anos, idade do nosso IHGSC hoje: um cacique chamado Nonoay.

Nonoay recebera o nome e o caticado ainda jovem, numa batalha decisiva para o seu povo: narra o historiador nonoaiense, Olmiro Sperry, que quase ao fim do combate, quando a vitória já estava assegurada, o valoroso guerreiro tombara a um golpe de tacape; e a índia que o amava correu desesperada entre os mortos e a comemoração e lhe amparou o corpo para pranteá-lo; mas viu que abria os olhos e sorria; a moça, então, num enxerto de alegria enfiado diretamente na dor extrema, gritou para a tribo e a história: “Nonoay! Nonoay! Ele venceu dormindo! Ele venceu dormindo!”

Quando os homens do Imperador chegaram, Francisco Ferreira da Rocha Loures e seu irmão João Cipriano, o velho e sábio cacique Nonoay tinha perfeita consciência de que o destino do seu povo estava em suas mãos mais uma vez. Negociou as condições, assegurou a titularidade das terras de seu povo, e a vila, então fundada por João Cipriano, tomaria o nome de Nonoai, hoje o vizinho Município à margem do Rio Tigre, do outro lado do Rio Uruguai.

Já Vitorino Condá, então Cacique kaingang dos territórios de Palmas, na extensão da época, até o Goio-En – foi ele que assegurou o êxito da empreitada, escoltando com seus guerreiros os trabalhos de abertura da estrada, enfrentando e repelindo ataques de toda espécie de bandoleiros, especialmente de um bando de índios proscritos que provinham das bandas de Nonoai. Assim agia o Cacique Condá, por ser amigo, professor e aluno dos irmãos Rocha Loures, desde os bancos escolares no aldeamento de Atalaia, centro catequético criado por paulistas nos campos de Guarapuava, em 1819.

Dessa forma, senhor Prefeito Luciano Buligon, o Índio Condá foi o primeiro destino de Santa Catarina, e está a merecer, senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, Valmor Scolari, o reconhecimento

de padroeiro cívico de Chapecó e do Extremo-oeste de Santa Catarina. Chapecó sempre reverenciou a sua memória e deu o nome dele à Arena Condá. Isso traz à lembrança a tradição etrusca na Península Itálica, ao tempo dos romanos: quando se funda um lugar, devota-se o espaço a um ente espiritual, para que o proteja com a força sobrenatural. Ora, os guerreiros encantados de Condá já deram mostras de que protegem aquele espaço, e hoje Chapecó é campeão na América e legenda no mundo; entrosados estreitamente com a sua comunidade, os guerreiros da Chapecoense e o povo de Chapecó são respeitados e admirados; e conhecidos, despertam emoção e reverência no mundo inteiro, como acabamos de testemunhar poucos dias atrás, quando a Chapecoense e a urbe por extensão foram homenageadas na Espanha, como o serão na Itália do Papa Francisco nos próximos dias, perante os olhos emocionados de todo o orbe.

A contribuição indígena, portanto e em definitivo, é a pedra angular da identidade oestina; desde o caminho aberto pelo Goio-En, e da riqueza comercial inaugurada com a produção da erva-mate, até *el Guairá*. Ao ponto de os ervais nativos terem assanhado tanto os interesses predatórios na floresta que levaram à questão de Palmas, à disputa de limites com a República Argentina, solucionada a favor do

Brasil pelo Arbitramento do Presidente Grover Cliveland, em 05 de fevereiro de 1895. Esse conflito suscitou a criação da Colônia Militar de Xanxerê, em 1859 (Decreto n. 2.502), a qual seria fundada em 1880 e efetivamente instalada em 1882 pela figura conhecida de José Bernardino Bormann.

Se na época do Império foram os caminhos de tropas e a erva-mate, a ocupação do Oeste, no período, foi aleatória e esparsa pelo elemento luso-brasileiro, em fazendas como a da Baronesa de Limeira e a Campina do Gregório nessas bandas e arredores, como a de Manoel dos Santos Marinho, no Bormann, e da família Pimpão em Campo Erê. Com a Proclamação da República, veio a furo a inflamada questão de limites territoriais entre Santa Catarina e a antiga Província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853.

Ovazio jurídico-político daí decorrente muito retardou a ocupação do Oeste de Santa Catarina, e, nesse contexto, a abertura da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, mediante concessão federal à Brazil Railway Company e por extensão à Southern Brazil Lumber and Colonization Company do empresário estadunidense Percival Farquhar (1864-1953), suscitaria a Guerra do Contestado, em 1912. A nova mentalidade proprietária e sua tecnologia de ponta, trazidas por Farquhar, afirmaram-

se a ferro e fogo e preconceito contra a nação cabocla do Meio-oeste catarinense.

Com o final do conflito armado, em 1916, e o acordo de limites entre os dois Estados, no mesmo ano, começou a ocupação do Extremo-oeste por imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães “agauchados”, atraídos que foram por empresas colonizadoras formadas por investidores, também, na maioria, do Rio Grande do Sul. Em Chapecó, Xaxim e arredores, os irmãos Agilberto e Manoel Nascimento dos Passos Maia, provenientes de Guaporé, associaram-se a Ernesto Francisco Bertaso (italiano de Verona, morador de Passo Fundo), os quais criaram a Bertaso Maia & Cia.; outro empreendimento, entre os Rios Chapecó e Antas, foi da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., de José Rupp: com sede em Carazinho. A empresa adquiriu do Estado Barriga-verde, em troca da abertura de estradas, o território que hoje vai de São Carlos a Campo Erê; o negócio seria transferido para um grupo de investidores ligados ao Banco Nacional do Comércio, em Porto Alegre, sendo, então, criada a Companhia Territorial Sul, dirigida por Carlos Culmey, depois por Otto Müsnich e ao final por José Leal Filho. Na região próxima da Argentina, os alemães Bruno Kertscher e Hermann Faulhaber fundariam a Empresa Chapecó-Peperi Ltda.,

com sede em Carazinho, dando início, em 1922, a Porto Feliz, hoje Mondai.

E assim se intensificou a ocupação, com enormes sacrifícios dos pioneiros. Em Ponte Serrada, a De Carli & Cia., de Caxias do Sul, sob os cuidados do gerente Bortolazzi; em Vila Oeste, hoje São Miguel do Oeste, o trabalho pioneiro da Barth, Benetti e Cia., depois Barth Anoni e Cia., sob a liderança de Willy Barth e José Anoni, de Carazinho.¹ Na região de São Miguel do Oeste, ainda, Alberto Dalcanale com o irmão Luiz, mais Alfredo Ruaro, de Farroupilha, fundaram a Pinho e Terras Ltda., que sob a gerência de Olímpio Dal Magro estenderia a colonização até Anchieta, São José do Cedro e Romelândia, onde foi gerente Romeo Granzotto.

Chapecó foi a mais exitosa das colonizações; Ernesto Francisco Bertaso tomou a frente dos negócios e, apesar das convulsões do território gaúcho, como a Revolução Assisista contra Borges de Medeiros em 1923, foi ampliando os empreendimentos; adquiriu a parte societária dos irmãos Maia e obteve, em 1920, concessão de 100.000 ha na margem esquerda do Rio Chapecó, em continuação à concessão de Jerônimo Vargas de Caxambu

¹ Mais tarde a empresa passaria a denominar-se Colonização e Madeiras Oeste Ltda., dirigida por José Festugatto (PILATI, 2001, p.742).

do Sul; em 1921, as fazendas Chapecó e Rio Bonito, na região de Xaxim, assim como as terras pertencentes aos herdeiros da Baronesa de Limeira (Francisca de Paula Souza);² enfim, as três grandes fazendas de Rodeio Bonito, Chapecó, e Campina do Gregório, que foram parceladas e revendidas com a participação de subcolonizadores, como foi o caso dos irmãos Lunardi (Pedro, Giácomo, José e Antônio) no Distrito de Xaxim, assim como Pasquali e Cella; na Fazenda Chapecó, Antônio Forini (Seção Santo Antônio), e irmãos Pandolfi (Seção Burro Branco) e em Quilombo, Vitério Alberti.

O desenho atual do Extremo-oeste foi-se definindo. Bertaso desencadeou a colonização de São Lourenço do Oeste, em 1948 ou 1949; com 21 sócios fundou a Colonizadora e Industrial Saudades, contando com o afluxo de italianos do litoral catarinense, como Inocente Pagni e Henriqueta Tereza Bristot, com o filho Armando, e depois Valentim Rosso, Joaquim Fontana e outros, todos provenientes de Criciúma, SC, o desenvolvimento da região tomou ares decisivos com o Libardoni & Cia., de Ângelo Fantin e seu sogro Paulo Libardoni. Os resultados refletiriam em Campo Erê, que iniciaria nova fase com a chegada de Modesto

² O procurador dos herdeiros foi Marins de Camargo, irmão do Governador paranaense Afonso de Camargo; entre os herdeiros havia médicos, advogados engenheiros e comerciantes, todos residentes em São Paulo.

Viganó e a esposa Luíza, procedentes de Santa Lúcia do Piaí, Caxias do Sul; depois chegariam os parentes Valdemar Ferrazza, João, Santo e Sudário Viganó, os Anddreatta, Scalcon, Bonatto, Catusso, Aneluz, Scopel, Perotoni, Zago, Cassol e muitos outros.

Já a ocupação de Caxambu principiaria em 1919, e o primeiro morador foi Joaquim Elias de Castro, de Palmeira das Missões, fugitivo da Revolução Federalista de 1893. Mas a onda colonizadora chegaria com Isaac Pan e o genro Jerônimo Vargas (tabelião e oficial do Registro de Imóveis de Palmas, casado com Ancyla Pan, nascida em Passo Fundo); Pan e Vargas obtiveram concessão do Estado entre os rios Uruguai, Chapecó e Lamedor. Contrataram corretores em diversas localidades no Rio Grande do Sul, e a primeira leva de colonos, 25 famílias, viria de Veranópolis. Na região de Lamedor até São Carlos, já havia ocupação de imigrantes gaúchos, inclusive em Águas de Chapecó, onde a posse das águas minerais pertencia à família Loureiro, em Vila Aurora, nome da esposa do proprietário.

Entre os primeiros moradores de Caxambu do Sul estariam Michelangelo Chiamenti e seu filho Ventura, Antonio Pilatti e seu pai João Batista (de Vicenza),³ os Vassoler,

³ Provenientes de Erebangó, depois de ter passado por Caxias do Sul e Getúlio Vargas. Em 1921 iriam para

Toniazzo, Leuck, Marobin, Giglioli, Brighenti, Merísio, Chiarello, Giacomelli (líderes do comércio na região entre 1940 e 1970), Garghetti, Tirondelli, Zanluchi, Pelegrini, Taffarel e outros.⁴ Albano Giglioli escreveria a história de Caxambu do Sul a destacar o sofrimento dos pioneiros na vida dura e, bem assim, os percalços que tiveram com a legalização das terras, após a crise decorrente da Revolução de 1930 e a invasão por intrusos.

A produção agrícola, nos primeiros tempos, era levada para Joaçaba, em carretas, que na volta traziam as mercadorias de abastecimento dos colonos. Depois se voltaram para Nonoai, cujo comércio era forte e, enfim, para São Carlos de Carlos Culmey. Integrandos-se à atividade balseira, retiravam as toras no inverno, quando os carrapatos davam trégua aos homens e aos bois. E entre os comerciantes que se afirmaram despontariam os Giacomelli, localizados em Dom José, *terra di italiani*, que rivalizava com o núcleo mais antigo, de lusos, em Caxambu. De 1940 a 1960, Primo Giacomelli liderou o comércio e o crédito de toda a região, inclusive Chapecó, pelo estreito contato que mantinha com viajantes e fornecedores de São Paulo.

Nonoai, onde viveram o resto da vida.

⁴ Os colonos foram obrigados a pagar duas vezes pela terra, em face dos percalços políticos, sociais e de gestão da colonizadora (GIGLIOLI, 1967, p. 66).

Quanto a Xanxerê, com a Revolução de 1930 e a fixação definitiva da sede do Município em Passo dos Índios (1931), o então Distrito praticamente estagnou. De 1950 em diante se intensificou a chegada de colonos gaúchos: Rovílio e Pedro Bortoluzzi, Romeo Sciréa, Lourenço Prezotto, os Michelin (Alberto seria Prefeito), Giordani, Jacondo Pagnoncelli (de Erechim, com negócios em Xanxerê), Antero dos Santos, Rosalvo Ogliari, os Ruani, Trentin, Dal Bosco, Matarello, Jacyr Ribas Melzer (líder da emancipação em 1953), Scopel, Bevilaqua, João Winckler (da Comissão de Emancipação).

A energia elétrica que servia a região – Xanxerê, Xaxim, Abelardo Luz, São Lourenço, Faxinal dos Guedes, Seara, Quilombo – foi iniciativa e obra de italianos, os irmãos Ernesto e Josué Anoni, proprietários da Colonizadora Vila Oeste (São Miguel do Oeste), através de usina instalada no Rio Chapecozinho.

Esse progresso refletiria nas emancipações ocorridas na região: em Abelardo Luz, Germano Sgarbozzi; em São Domingos, Germano Gris, e também os Bigolin, os De Bortoli, os Batistella. Em Faxinal dos Guedes pontuariam os Giordani (parentes dos de Xanxerê) e os Mantovani; em Vargeão, os Danielli, os Antonioli (Arduino seria Delegado em Xanxerê), e um dos pioneiros no ramo porcadeiro, Ângelo Paglia.

O comércio, a agricultura, moinhos e serrarias, padarias e gasosarias, ferrarias, funilarias e fábricas de móveis surgiam em todos os lugares, ao passo que a religiosidade agregava as colônias nas Festas de Reis: equipes ou ternos saiam de casa em casa pelas vilas nascentes a pedir ofertas para a igreja e a colocar na roda, na comida e na bebida, todos os visitados, desde Xanxerê, Xaxim, Vargeão, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz até São Domingos.⁵

Um dos nomes destacados na colonização do Oeste foi o já referido Alberto Dalcanale, natural de Caxias do Sul, que moraria em Joaçaba até 1946. Liderou várias colonizadoras, encabeçadas por diretores escolhidos a dedo, como o já mencionado Olímpio Dal Magro, em Vila Oeste, e Rui Luchese, em Bandeirantes. Começou por Ponte Serrada, com a firma Ângelo De Carli Irmão Cia., sob a gerência de [José?] Bortolazzi.⁶

Entre as subcolonizadoras destaca-se a Firma Granzotto; Irineu era granjeiro e ao mesmo tempo concessionário da Ford em

⁵ Essa prática excluía alguns moradores, especialmente aqueles que não costumavam pagar contas ou se submeter aos valores morais da maioria. (Depoimento de Lourenço Prezotto) (PILATI, 2001).

⁶ [José?] Bortolazzi foi o primeiro morador entre os imigrantes italianos em Ponte Serrada, tendo chegado em 1926. Antes dele havia um único e solitário morador (ANDRADES, 2006, p. 59).

Caxias do Sul, e ainda solteiro mudou-se para a Vila Oeste, e com o irmão Romeo colonizaria Guarujá do Sul, Romelândia; a colonização de Anchieta seria protagonizada por José Piccoli. Em Palma Sola pontuariam Adelino Crestani e Alicheu Giordani. Em Descanso, inicialmente Linha Polonesa (Linha Marechal Pilsudski em homenagem ao herói da libertação polonesa), Isac Scariot (1935); em Vorá Guerino Piran, Pedro Soterello, Pelissari, Roman, Triches, Ferlin, Dal Moro; e em Leste, Faccio, Degani, Mingori e Panegalli (HEINEN, 1981, p. 131).

O quadro com que se deparavam os pioneiros em cada lugar é retratado pelo Padre Aurélio Canzi, a propósito de sua chegada, em 1944, à Vila Oeste, futura Cidade de São Miguel do Oeste, dentro do período curto de existência do Território do Iguçu.⁷ Ele conta que partiu de Palmas para Porto União no ônibus do Kowalesky, em viagem demorada; de trem seguiu até Carazinho; nove horas e meia de táxi até a Vila, com gente da Firma. Quando chegou, a localidade consistia em uma estrada recentemente aberta, de quatro metros de largura, fazendo voltas para desviar dos tocos mais reforçados; havia uma serraria e moinho,

⁷ Criado por Vargas (Decreto-lei. n. 5.812/43), o Território do Iguçu, desmembrado dos Estados do Paraná e de Santa Catarina (Extremo-oeste), com capital em Laranjeiras do Sul, durou três anos, até ser extinto pela Constituição de 1946.

tocados a água, e outras em construção; 17 famílias na sede, todas sofrendo com a seca; a igreja inacabada e a calamidade do mosquito borrachudo: as pessoas tinham as orelhas, rosto, braços e pernas inchados, quase em chaga viva de tanta picada.

A primeira visita do Governador Adolfo Konder ao Oeste de Santa Catarina, em 1929, marcaria a região e, entre outras consequências positivas, provocaria a abertura da Estrada de Barracão, a cargo do madeireiro de Iraí, Primo Teston, estrada que interligaria diversas localidades, como Vila Oeste, Pinhal, Famosos, Bandeirantes, Paraíso, Alto Tigre, São Lourenço, até Dionísio Cerqueira. Os trabalhos seriam interrompidos pela Revolução de 1930, mas naquele ano os desbravadores chegaram a Pinhal, hoje Iporã do Oeste, onde Cristiano Wandscher (natural da Holanda) e outros moradores, como os Kloesner, Fetter e Horst, puderam, finalmente, instalar serraria. Mais adiante os turmeiros topariam e dariam destaque a um frondoso cedro, junto a uma aguada e boa sombra, e ali surgiria, por volta de 1948, a nova localidade de São José do Cedro, sendo pioneiros José Dellaflora, Vipiana, Grandó e outras famílias.

Em 1926, a *Volksverei* – Sociedade União Popular, fundada por padres jesuítas, a partir de São Leopoldo daria início a uma colonização

nas margens do Rio Uruguai, divisa com a República Argentina; destinava-se a alemães católicos, que iniciariam a história de Porto Novo, a qual, com a visita de Adolfo Konder e por sugestão deste, passaria a chamar-se Itapiranga. Em 1931, a Entidade fundaria outra colônia, voltada a *Deutschländer* insatisfeito com a situação da Alemanha e a perspectiva de guerra na Europa, dando-lhe o nome de Linha Presidente Becker, em homenagem ao primeiro dirigente da *Volksverein*, Jacob Becker (MAYER, 2016, p. 117-128).⁸

Foram pioneiros em Itapiranga, estabelecendo-se na linha Chapéu, o casal alemão, chegado de Hundsbach, Sul da Alemanha, Johan Dungersleben e Margareth Leimeisen Dungersleben, com seus 11 filhos, dos quais três faleceriam no primeiro ano, a começar por Andreas de 19 anos, vítimas do esforço e da exaustão física em face das condições hostis do lugar. Depois pontuariam outros nomes, como Carlos Swirtes, Leopoldo Werle, Bruno Nietzsche e João Sausen.

A região de São Carlos, Passarinhos e Palmitos começou com a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. (1920-1925), de José Rupp, como referido, a qual dava preferência para colonos de

⁸ Uma das famílias pioneiras de Linha Becker seria a dos Egewart.

profissão evangélica. Seria logo criado o Distrito Henrique Rupp Júnior, com sede na localidade “Oeste”, abrangendo São Carlos, Palmitos e o que seria mais tarde Cunha Porã e Maravilha. A colonizadora foi substituída pela Cia Territorial Sul-Brasil, sob a gerência de Carlos Culmey, que trazia grande experiência do ramo na Argentina. Os primeiros moradores de São Carlos foram, portanto, de origem alemã: Gustavo Johann, Wilibaldo Sehenem e Arthur Heydt; eles entraram pelo Rio Uruguai em 1927, arrostando as maiores dificuldades, inclusive o naufrágio da lancha, que os deixou todos, menos um, com a roupa do corpo.

Ali eles encontraram, em grande surpresa, um italiano que estava no local desde 1917, chamado Antônio Rossetto; a casa deste, durante muitos anos, seria identificada por uma fileira de bergamoteiras, limeiras e outros cítricos que notabilizam até hoje a costa do Rio Uruguai. Os primeiros tempos foram da maior dificuldade, e o abastecimento de víveres era a lombo de burro em Nonoai, do outro lado do rio, onde floresciam casas comerciais de grande força econômica: Libânio Chagas, Jair Winckler, Edgar Winckler e outros, como os moinhos de Silvestre Benvegno e Eustachio Ghilardi. Em 1928, uma picada ligaria os pioneiros a Palmitos, possibilitando a instalação de uma serraria e o ingresso da atividade balseira no

Rio Uruguai. A Companhia povoou a região alocando evangélicos em Palmitos e católicos em São Carlos. O gerente Carlos Culmey morreria afogado no Rio Uruguai em 1932, deixando um grande legado para o progresso de São Carlos e da região.

De São Carlos seriam desmembrados, mais tarde, Saudades, Pinhalzinho e Modelo. Pinhalzinho, do Distrito de Saudades, figurando como povoado depois de 1931, à base do elemento luso, proveniente da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, da Guerra do Contestado no Meio-oeste e da Coluna Prestes, que atravessou a região; depois chegariam alemães, a maioria deles proveniente da Selbach, RS, e italianos, como os Fiorini, os Dal Piva e os Bulegon. Hoje é um polo industrial diversificado de agroindústria (produção de leite, com a Tirol e a Aurora), indústria madeireira, têxtil, mecânica e também instituições de nível superior (Udesc, Unoesc, Faculdades Horus), contrastando com os duros tempos de transporte de mulas do luso-brasileiro Jorge Silva.

Modelo começaria em 1949; João Muxfeld, Silvino Piccoli e Isidoro Chapinotti adquiriram terras da Companhia Territorial Sul Brasil para revenda no lugar. Os primeiros moradores seriam alemães provenientes de Ijuí, RS, que topariam com posseiros sertanejos,

caboclos, aparecendo mais tarde os italianos. A subcolonização prosperou, passando a distrito em 1956, e a município, em 1961.

Em 1929, a colonização de alemães pela Companhia Territorial Sul Brasil passara de Palmitos e abriu nova frente no que seria Cunha Porã, nome dado por Carlos Culmey. Foram pioneiros Arthur Herbes e João Koelln; depois Johann Georg Salfner e o filho Georg, vindos diretamente da Alemanha. Em Caibi a ocupação iniciaria por volta de 1926, e em 1930 aportariam por lá russos alemães, a maioria de origem siberiana. Destacavam-se pelo tipo de carroça e arreios vistosos que usavam, além dos traços da etnia a distingui-los entre a população amorenada.

Por Cunha Porã, e as picadas de agrimensores, e por Caibi, e os caminhos de retirada de madeiras de um desbravador chamado Aumondes, entrariam os pioneiros de Maravilha. Em 1948 esteve no lugar e maravilhou-se com a paisagem dos pinheiros, a expedição de Alcides Ferrari Benvegno, 20 homens ao todo. E no ano seguinte chegaria o primeiro morador, o evangélico Otto Jannel, vindo de Cunha Porã, depois a família de Arnaldo Graff e dona Olívia Weis Graff, vindos de Ibirubá, seguidos de Fioravante Trevisan, Domingos Manfrin, Joãozinho dos Santos e outros, italianos e católicos. Por Caibi entraram

os primeiros empregados da Serraria Sbaraini, conduzidos por João Pilati, num caminhão K5, exposto em praça pública na Maravilha dos dias atuais.

A ocupação estender-se-ia a Iraceminha e Flor do Sertão e adiante, contribuindo para tanto a subcolonizadora Zanella e Vivian, cujos sócios, José e Ricardo, eram provenientes de Serafina Corrêa, onde atrairiam corretores e compradores de novos lotes urbanos e coloniais rurais. Tudo isso, senhor Presidente, eu testemunhei como conterrâneo, vizinho e participante, e o meu coração fala por eles, como qualquer um deles falaria por mim e pelos demais amigos na mesma roda de chimarrão.

Muito mais coisas eu diria, meu Presidente; mas pouca coisa me resta dizer, além do essencial e do encerramento. Cumpre dizer que a ocupação do Extremo-oeste é um episódio recente; que ele explica os traços da nossa identidade, centrada no velho Chapecó. Há em cada um de nós uma saudade atávica de algum país, de alguma cidade, de algum recanto da origem: a Europa. Como se fôssemos europeus semeados nos campos do Rio Grande e transmudados para cá duplamente saudosos. Somos lusos e lusos não somos, nem alemães, nem russos, nem poloneses, nem italianos. Somos brasileiros com isso tudo, mas do nosso jeito, com a nossa história; com a nossa

simplicidade falquejada na dureza do mato, pois que o nosso nascimento oestino foi, de muito custo, pago em moeda corrente de saudade, de fé, de esforço desumano, como que de escravos a comprar a própria liberdade no trabalho forçado. Cada palmo foi pago a suor e sangue e moeda corrente nacional. Nada foi de graça.

Como os soldados espartanos, criados no relento, a ajuda que tivemos foi de nós mesmos, pela nossa solidariedade, com os nossos mutirões e o filó e o chimarrão, tudo sob o teto de um mesmo sonho, pois que havia um sonho comum de todos, bem maior do que a dura realidade daquela época. Nunca faltou coragem, abnegação e espírito comunitário. E isso tudo se construiu, se refletiu e se retratou na atividade balseira pelo Rio Uruguai, a que dedico minhas últimas palavras. Desde a extração das toras na mata virgem, ao estaleiramento, ao transporte, à serragem, até a confecção das balsas, toscas balsas como toscos os ranchos e frugais as refeições; o Extremo-oeste, durante a atividade balseira, era uma rede de informações em tempo real a respeito do Rio, se baixou ou se subiu, a respeito da enchente se vinha ou não vinha, a respeito do ponto de balsa, que arrancava gritos de júbilos até mesmo da criançada.

Na perigosa descida de balsas e remorques, a remo e no rumo de São Borja e San Tomé, o que se via era o mutirão geral; os ribeirinhos recebiam, transmitiam e atualizavam informações trocando gritos com os embarcações que passavam: “Ô morador, que hora passou a balsa de fulano? Ô balseiro, de quem é a madeira? Quem é o prático?” João Canoeiro, por exemplo, era descendente de escravos, nascido sob a Lei do Ventre Livre, e descia anunciando com orgulho: “O Prático é João Canoeiro; aqui vai João Canoeiro, a madeira é de fulano.” E lá longe continuava a repetir a cantilena, até ser engolido pela distância e as curvas do Rio.

Para ser contratado como prático, somente quem reunia os atributos, virtudes, experiência, a começar pela coragem, a capacidade de mando e o conhecimento empírico de cada lugar do Rio; que o Rio era um instrumento que se tocava de ouvido, com a partitura dependendo, em cada trecho ou perigo, do volume da enchente, da velocidade, dos ruídos da água a informar a aproximação de uma ilha ou obstáculo e as alterações no calado. Emílio Grando, por exemplo, era dos melhores no ramo; os irmãos Dal Ponte, de Chapecó; Antônio Balseiro (Pasin) e Fernandes Pasin, de Nonoai; Ines Rotava, do Goio-En; João Angeli, o Velho Balseiro do Itá, este que

nos legou em livro precioso registro sobre a atividade balseira no Rio Uruguai e em seus afluentes (ANGELI, 2000).

E agora informo às senhoras e aos senhores que está acabando de passar entre as margens do Centenário de Chapecó e do majestoso Extremo-oeste de Santa Catarina a balsa de homenagem e de registro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Quem os cumprimenta e apregoa é João Canoeiro, cidadão do Oeste a dizer que o Instituto anuncia o segundo século, que será de igualdade e sem racismo; de respeito à natureza, à vida, às mulheres e à igualdade de gênero; com riqueza e prosperidade sob as bênçãos e a proteção devotada de Vitorino Condá e dos seus guerreiros encantados; sob os olhos amorosos de Neiva Maria Andreatta Costela, essa Eva oestina da Educação e Cultura, que vos saúda e cumprimenta pela instalação do Instituto Histórico e Geográfico Oeste Catarinense.

Tenho dito.
Muito obrigado!

José Isaac Pilati



Chapecó e Joaçaba: Memórias do Centenário



Referências

ANDRADES, Claudiomar. **A constituição da escola entre o Médio e o Extremo-oeste catarinense: 1930-1960.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

ANGELI, Heitor Lothieu. **O velho balseiro.** Porto Alegre: EST, 2000.

FOLADOR, João David. **História de São Lourenço do Oeste e do Oeste catarinense.** São Lourenço do Oeste: Tipografia Cruzeiro, 1988.

GIGLIOLI, Albano. **História de Caxambu do Sul.** Caxambu do Sul: Edição do Autor, 1967.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina, do Sudoeste do Paraná e parte do Planalto catarinense:** aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. São Miguel do Oeste, 1981. [no prelo].

HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. **A filha do pioneiro.** São Carlos: Prefeitura de São Carlos, 1987.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz:** a história de uma colonização às margens do rio Uruguai. Mondaí: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

MAYER, Leandro. Porto Novo: a materialização da 'terra dos sonhos' no Extremo-oeste de Santa Catarina na década de 1920. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 182, p. 117-128, jul. 2016.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1991.

PILATI, José Isaac. Os italianos no Extremo-oeste de Santa Catarina. In: PIAZZA, Walter. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001. p. 719-789. v. 2-2.

SPERRY, Olmiro Loures. **Nonohay: quem te viu quem te vive – cronologia histórica, contos e causos**. Nonoai: Plastijô, 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

